



# A CONQUISTA SOCIAL DO TERRITÓRIO

Fátima Moura Ferreira | Francisco Azevedo Mendes  
Natália Pereira (coords.)

## A CONQUISTA SOCIAL DO TERRITÓRIO

ARQUITETURA E CORPORATIVISMO NO ESTADO NOVO

Fátima Moura Ferreira  
Francisco Azevedo Mendes  
Natália Pereira (coords.)

A publicação tem o apoio financeiro do Projeto Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território - AUR/04509 e da FCTMEC através de fundos nacionais e quando aplicável do cofinanciamento do FEDER, no âmbito do novo acordo de parceria PT2020.







# **A CONQUISTA SOCIAL DO TERRITÓRIO**

**ARQUITETURA E CORPORATIVISMO  
NO ESTADO NOVO PORTUGUÊS**

**Título**

A CONQUISTA SOCIAL DO TERRITÓRIO  
Arquitetura e corporativismo no Estado Novo Português

**Coordenação**

Fátima Moura Ferreira  
Francisco Azevedo Mendes  
Natália Pereira

**Edição e distribuição**

Edições Tenacitas  
Rua Bartolomeu Dias, 23 / 3030-041 Coimbra  
Fax: 239 780 113 | geral@tenacitas.pt | www.tenacitas.pt

Capa: Miguel A. Rodrigues  
Paginação: Margarida Baldaia

Execução gráfica: Papelmunde

Coimbra, Janeiro de 2016

ISBN: 978-989-8665-18-8

Depósito Legal:

# A CONQUISTA SOCIAL DO TERRITÓRIO

ARQUITETURA E CORPORATIVISMO  
NO ESTADO NOVO PORTUGUÊS

*Coordenação:*

Fátima Moura Ferreira

Francisco Azevedo Mendes

Natália Pereira





## Índice

A conquista social do território. Arquitetura e corporativismo no Estado Novo	9
FÁTIMA MOURA FERREIRA FRANCISCO AZEVEDO MENDES NATÁLIA PEREIRA	
1. Propaganda e corporativização no terreno: Braga anos 30 e 40	13
FÁTIMA MOURA FERREIRA   NATÁLIA PEREIRA	
2. Os CODA da EBAP nos anos 40: das linguagens do Estado Novo à emergência de uma consciência moderna	39
EDUARDO FERNANDES	
3. A dimensão arquitectónica das Casas do Povo e das Casas dos Pescadores, entre o projecto-tipo e as expressões locais	57
JESICA JARAMILLO   CARLA GARRIDO DE OLIVEIRA	
4. <i>Arquitectura e pública-acção. A Nossa Casa no Mensário das Casas do Povo</i> : três projectos de Raul Lino	79
CARLA GARRIDO DE OLIVEIRA   JESICA JARAMILLO	
5. Habitação Social promovida pelas Casas do Povo, 1958-1972. O caso de Santo Estêvão do Arquitecto Vítor Figueiredo	105
VANDA MALDONADO	
6. As Casas dos Pescadores: corporativização e controlo social das comunidades marítimas	127
ÁLVARO GARRIDO	
7. De agronomicamente “bem concebidos” a objectos de representação do Estado. Assentamentos e arquitectura das Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960	145
FILIPA DE CASTRO GUERREIRO	

8. A morfologia territorial das explorações mineiras. A Bacia Carbonífera do Douro DANIELA PEREIRA ALVES RIBEIRO	169
9. Dispensários, as Arquitecturas da Luta Antituberculose. Rosendo Carvalheira e o programa higienista, Raul Lino e o ensaio tipológico, Carlos Ramos e a implementação do projecto-tipo MARIANA CONSCIÊNCIA PEREIRA   CARLA GARRIDO DE OLIVEIRA	185
10. A Beira de Bissaya Barreto: A territorialidade de uma rede político-sanitária RICARDO JERÓNIMO SILVA	207
11. O culto da nação: a Exposição do Mundo Português e a formalização do discurso ideológico do Estado Novo RUI PEREIRA	217
12. O Banco Nacional Ultramarino em Moçambique: representação e modernidade ELISIÁRIO MIRANDA	233

*A conquista social do território.  
Arquitetura e corporativismo no Estado Novo*

FÁTIMA MOURA FERREIRA  
FRANCISCO AZEVEDO MENDES  
NATÁLIA PEREIRA

A análise dos corporativismos tem suscitado um aprofundamento sucessivo das problemáticas, numa trajetória marcada por várias gerações de estudos. O presente livro exprime essa dinâmica, projetando-a na relação entre a arquitetura e o corporativismo no Estado Novo português. A proposta concentra-se na conquista social do território. Tentaremos nesta introdução mostrar o terreno de onde surge este livro, formular a especificidade do seu tema e evidenciar algumas linhas da discussão lançada pelos seus diversos autores.

Este livro articula-se com um outro, intitulado *Organizar o país de alto a baixo. Políticas de edificação corporativa do Estado Novo Português*. Ambos os livros inscrevem-se num projeto mais amplo, sediado no Grupo Espaço e Representação, do Laboratório de Paisagem, Património e Território (Lab2PT) da Universidade do Minho, que ensaia conhecer e problematizar o corporativismo em ação. Nesse sentido, não prescindindo do discurso mais ideológico, dos mentores e de atores privilegiados, pretende-se reconstituir as práticas quer dos agentes – que, a diferentes escalas, são responsáveis pela implementação das lógicas corporativas –, quer dos seus destinatários, numa composição heterogénea de experiências. O formalismo que se estabelece através da norma implica uma sucessão de adequações que desfaz a ilusão de um caminho único. Longe de uma uniformidade identitária entre corporativismo e autoritarismo, vetor consensual que ressalta da abundante bibliografia que tem sido produzida sobre esta problemática, talvez seja útil questionar este binómio de uma forma mais plástica, pois a adesão à ditadura do Estado não implicava uma idêntica adesão à ideologia corporativa. As cambiantes e os interesses são mais complexos. A população sujeita aos processos corporativos, nas suas hierarquias sociais perenes, continua a ser a eterna desconhecida. Coloca-se como agenda de investigação a necessidade de conhecer mais finamente as concretizações

do sistema corporativo privilegiando os organismos de base (os grêmios da lavoura, do comércio e da indústria, os sindicatos nacionais, as casas do povo e as casas dos pescadores) nas suas interações com outras instituições e escalas hierárquicas.

Em *A conquista social do território. Arquitetura e corporativismo no Estado Novo Português* cruzam-se vários saberes aplicados ao território. A arquitetura parece constituir, neste âmbito, a disciplina que agrega e melhor materializa o ideal orgânico – corporativo e nacionalista – do projeto societário salazarista. A plasticidade da sua linguagem concorre em favor da projeção do Estado, num jogo tenso e aberto, de escalas e culturas arquitetónicas. O seu contributo é assim poderoso no sentido de moldar e fazer cumprir a aspiração do Estado a impor a sua presença dominante sobre o território.

O formalismo das linguagens encontra no texto de Fátima Moura Ferreira e Natália Pereira espaço de problematização. O império da propaganda de proximidade e de massas no seu desígnio de criar a imagética de territorialização do ideário, não permite elidir contudo a sintomatologia de refração das populações. Analisando os projetos do Concurso para Obtenção do Diploma de Arquitecto na Escola de Belas Artes do Porto (CODA), no curso da década de 40, Eduardo Fernandes problematiza a emergência da linguagem arquitetónica moderna. O jogo analítico proposto entrelaça o contexto dominante da arquitetura oficial, a docência de Carlos Ramos e as linguagens ensaiadas pelas primeiras gerações formadas após a entrada deste professor na ESBAP, que deixam surpreender fraturas significativas. Carla Garrido Oliveira e Jesica Jaramilo perspetivam, em dois textos, o ideal tipo da Casa do Povo. No primeiro estão em causa o projeto-tipo das casas do povo e das casas dos pescadores sujeitos a propostas de linguagem arquitetónica, enquadramentos normativos e financeiros diferenciados. A aposta singular na descentralização da iniciativa traduz-se em instrumento de estímulo (retórico) à *ambição das comunidades a erguer a sua casa*. No segundo texto, o enfoque centra-se na obra de Raul Lino e nas materializações compassadas que o ideal-tipo vai sofrendo sob a ação do tempo, no quadro do seu investimento na escrita como meio de potenciar a *instilação pedagógica das ideias* no campo da *prática arquitetónica entendida como publica-acção*. Vanda Maldonado analisa o contributo do arquitecto Vítor Figueiredo no campo da Habitação Social, sob o patrocínio das Habitações-Económicas da Federação das Caixas de Previdência e a colaboração das casas do povo. O estudo de caso que apresenta sobre o

conjunto habitacional de Santo Estevão (1963-1972), no distrito de Santarém, é revelador da tensão entre as premissas da arquitetura social e a modéstia que enforma este programa. Por seu turno, Álvaro Garrido problematiza o modelo de corporativização das comunidades piscatórias, entre a retórica doutrinal e o pragmatismo dirigista estatal. A periodização proposta sobre as dinâmicas de assistência e previdência das casas dos pescadores faz denotar a ação motora desenvolvida pela Junta Central das Casas dos Pescadores na consubstanciação de *um exemplo flagrante de corporativismo de Estado*. A intervenção da Junta de Colonização Interna é observada por Filipa de Castro Guerreiro no quadro dos projetos de edificação das colónias agrícolas enquanto *veículo de representação do Estado* (1936-1960). Também aqui o potencial propagandístico deste programa é sublinhado pelo Secretariado de Propaganda Nacional, na esteira do movimento de colonização interna observado à escala europeia, contribuindo para despoletar a intervenção da arquitetura num equipamento pensado segundo preocupações exclusivamente agronómicas e económicas, até aos finais dos anos 40. A linguagem da disciplina passa assim a ser colocada ao serviço da criação da paisagem e da comunidade, segundo os valores que permeiam outros programas de renacionalização do País. As explorações mineiras são examinadas por Daniela Alves Ribeiro a partir do estudo dos coutos mineiros da Bacia Carbonífera do Douro. Trata-se de um programa de responsabilidade privada estranho aos parâmetros oficiais do planeamento urbano de base. A apropriação territorial realiza-se em função das exigências da exploração através da construção de um conjunto de equipamentos que consubstanciam comunidades veiculadas aos valores sociais dominantes, sob a dependência da autoridade da empresa. Mariana Consciência Pereira e Carla Garrido concentram-se nas Arquitecturas da Luta Antituberculose enquanto objetos que se configuram como símbolos de um programa biopolítico que se materializa num conjunto de elementos-base: sanatório, dispensário e paisagem. A análise dos programas de composição arquitetónica no tempo – Rosendo Carvalheira, Raul Lino e Carlos Ramos – faz ressaltar as *relações entre arquitectura e poder*, obrigando a equacionar *o percurso de uma geração comprometida, convicta ou por necessidade, com os ideais do Estado Novo*. A projeção e construção da rede político-sanitária da Beira, sob o prisma de Bissaya Barreto, encontra no texto de Ricardo Jerónimo Silva uma manifestação persuasiva do desígnio político regionalista perseguido pelo seu mentor. Sob a liderança da Junta da Província da Beira Litoral, é levada a cabo a construção de uma forte rede de edifícios de instituições médico-sanitários e de apoio à criança que consubstanciam

relações privilegiadas entre a política, a medicina e a arquitectura. Rui Pereira relaciona a Exposição do Mundo Português com a formalização da ideologia do Estado Novo num texto-síntese que pretende evidenciar o poder plástico das linguagens arquitetónicas aplicadas ao monumento autocelebratório do salazarismo. Finalmente, penetrando nas lógicas funcionais das sedes do Banco Nacional Ultramarino, Elisiário Miranda propõe uma discussão sobre as linguagens arquitetónicas que marcam a produção empreendida pela instituição bancária, em Moçambique. A exemplaridade dos edifícios, lidos como ilustrações de *obras de arte total*, traduz a consubstanciação de um programa que compagina monumentalidade e modernidade com a notória segregação que enforma a sociedade colonial.

Na diversidade das abordagens disciplinares propostas no conjunto dos textos que compõe este volume ensaiam-se espaços de problematização sobre a experiência histórica do Estado Novo. Estes obrigam, individual e globalmente, a relevar a instrumentalização densa dos saberes que impregnam a construção social do território. A ilusão da singularidade portuguesa encontra aqui, assim o julgamos, lugar de esbatimento.